



Senado terá CPIs do HSBC e das próteses

Uma investigará contas irregulares na Suíça, mantidas por brasileiros, e a outra vai apurar denúncias contra esquema fraudulento para prescrição de equipamentos ortopédicos

O primeiro passo para o funcionamento foi dado na sexta-feira com a leitura dos pedidos de instalação dos colegiados. Cerca de 6 mil

contas na Suíça de 8,6 mil brasileiros serão objeto da CPI do HSBC, enquanto a “máfia das próteses”, denunciada em programa de TV, é o foco da outra comissão. **3**



Senador Paulo Paim lê os pedidos de instalação de CPIs durante sessão plenária do Senado que ele presidiu na sexta-feira

ACONTECEU NO SENADO



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Claudio Abramo, Gilmar Mendes, Renan Calheiros e Murillo de Aragão

Debate prepara votações de projetos de reforma política

Uma sessão temática sobre reforma política, com convidados, movimentou o Senado na terça-feira. Foram discutidos temas que começarão a ser votados amanhã.

Outros momentos importantes da semana passada foram a aprovação da licença-maternidade de seis meses para militares e debate sobre ajuste fiscal com ministros. **8**

Cônjuges de senadores não recebem passagens **3**

Política de Combate à Seca passa por outra análise **6**

Novo rito para vetos será votado na quarta-feira **2**

Quatro comissões abrem os trabalhos

Cristovam Buarque deverá presidir a Comissão de Ciência e Tecnologia; Otto Alencar, a de Meio Ambiente; Paulo Paim, a de

Direitos Humanos; e Davi Alcolumbre, a de Desenvolvimento Regional. As comissões se reúnem a partir de amanhã. **3**

ARQUIVO **S**

Redemocratização completa 30 anos

Com Tancredo Neves internado para cirurgia na véspera da posse como primeiro presidente civil após 21 anos de ditadura militar, em março de 1985, o Congresso se mobilizou

para garantir que José Sarney, o vice, assumisse o cargo. No livro de posses, a página de Tancredo ficou com a expressão “sem efeito” em letras vermelhas e grandes. **4 e 5**



Célio Azevedo/Senado Federal

No gramado do Congresso Nacional, povo comemora a vitória de Tancredo Neves na eleição presidencial indireta de 1985

A nova política está em debate.

Os principais temas que interessam a você e à sociedade estão na revista *Em Discussão!* Esta edição explica de maneira completa e didática as propostas e os impactos da reforma política, a mais esperada pelos brasileiros e prioridade absoluta na agenda legislativa de 2015.

Em Discussão!
Informação e novas ideias.

SENADO FEDERAL



Secom | Publicidade e Marketing

Em encontro promovido por Cristovam Buarque, senadores, acadêmicos e especialistas concluem que a crise enfrentada pelo Brasil atualmente é grande e já se espalha por diversos setores



Cristovam, promotor do encontro, entre João Capiberibe (E) e Renato Baumann: "Nós estamos vivendo um terremoto"

Debate no ILB busca saídas para superar a crise atual

CONVIDADOS PELO SENADOR Cristovam Buarque (PDT-DF), um grupo de especialistas se reuniu, na quinta, no auditório do Instituto Legislativo Brasileiro lotado, para refletir sobre o momento atual de crise que o país enfrenta, quem são os responsáveis e as possíveis soluções.

— Foi um debate nacional sobre um tema fundamental que está atingindo a todos nós: que crise é essa? Quem são os responsáveis? Como sair dela? — resumiu Cristovam.

Um ponto em comum estava na fala dos participantes: a crise é grande e se espalha por diversos setores. Para o senador João Capiberibe (PSB-AP), uma das principais medidas para combatê-la seria o fim da possibilidade de reeleição.

— Para começar, é preciso dar o primeiro passo, 'desemendar' a emenda 16. Acabar com a reeleição. Depois vamos discutir o resto — argumentou.

O diretor da área internacional do Ipea, Renato Baumann, afirmou que falta ao país um norte:

— Não temos um norte. Estamos rodando em círculos e não temos uma perspectiva de recuperação.

Já para a professora Eda Machado, do centro universitário Iesb, de Brasília, o problema principal está na educação:

— Nós não estamos nem nos indignando mais. As universidades tinham que gritar, mas o que fazem? Esquecem de passar valores aos jovens, que deveriam incorporar essas mudanças. Há uma crise tre-

menda de valores. Perdemos a indignação, a vergonha.

Marcel Bursztyn, professor da Universidade de Brasília, definiu a crise no sentido de "perda de chão, a sensação de que estamos sem confiança para caminhar".

Houve diversas manifestações muito críticas aos políticos em geral, vistos como culpados pela falta de credibilidade na política e falta de rumo no país.

Ao fim do evento, Cristovam sinalizou a continuidade das discussões:

— Nós estamos vivendo um terremoto e precisaremos de mais reuniões como essa para discutir soluções em curto, médio e longo prazo. Enquanto tiver crise, faremos outras reuniões como esta.

Brasil precisa de estadistas para definir novos rumos, diz Cristovam

Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou na sexta-feira que o Brasil passa por um "terremoto" e, para auxiliar a contornar a crise atual, é necessária a atuação de um estadista.

— Onde estão os Tancredos e os Ulysses de hoje, capazes de agarrar propósitos novos para o Brasil e nos aglutinarem em torno deles, com bandeiras que nos levem em direção ao novo Brasil? — questionou.

Para o senador, há uma crise imediata e uma crise estrutural, de longo prazo. A imediata é consequência do excesso de gastos, que gerou déficit fiscal, e da elevação do custo Brasil, que levou à perda de mercado externo e faz com que haja déficit na balança comercial. Mas há ainda uma crise de propósitos, de rumos, que discuta onde o Brasil quer chegar e aonde os políticos querem levar os 200 milhões de cidadãos brasileiros.

— O futuro daqui para frente é outro. O conhecimento vem da ciência e da tecnologia, que vem das universidades, que vem do ensino médio, que vem do ensino fundamental, que vem desta coisa chamada educação de base. Essa vai ser a base da riqueza do futuro — afirmou.

Capiberibe afirma que PSB lutará por fim de reeleição no Executivo

João Capiberibe (PSB-AP) disse sexta-feira que os seis senadores do seu partido lutarão pelo fim da reeleição no Executivo e do financiamento empresarial das campanhas. Na terça, no Colégio de Líderes, ele pedirá prioridade para a votação da PEC 32/2014, de Lídice da Mata (PSB-BA). O texto acaba com a reeleição para governador, prefeito e presidente da República.

Para ele, a possibilidade de reeleição trouxe distorções para a democracia, porque alianças consideram o tempo de TV e rádio da campanha eleitoral seguinte. Além disso, há o comprometimento das contas públicas por vários anos.

Quando não havia a opção, afirmou, as políticas públicas eram formatadas para um prazo mais curto e buscando-se o equilíbrio, porque era necessário prestar contas quatro anos depois. De acordo com o senador, antes da possibilidade de reeleição, governava-se para mostrar melhoria da qualidade de vida das pessoas, e não visando à perpetuação no poder.

Autor da Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009), ele pediu que a Câmara recue da decisão de pagar pelas passagens aéreas dos cônjuges de deputados.

Congresso vota na quarta-feira novo rito para análise de vetos

O Congresso Nacional se reúne na quarta-feira, às 19h, para tentar concluir a votação do projeto de resolução que altera o procedimento de exame de vetos presidenciais (PRN 1/2015). A pauta tem também dez vetos e o projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2015.

Na semana passada, os

congressistas não conseguiram acordo para votação do projeto de resolução, o que impediu a análise dos vetos, que estão trancando as votações no Congresso. Mesmo assim, o relator do PRN, Jorge Viana (PT-AC), disse que as lideranças partidárias chegarão em breve a um consenso sobre as alterações nas regras.

Projeto proíbe taxa adicional para aluno com deficiência

Um projeto de lei apresentado pelo senador Romário (PSB-RJ) na semana passada proíbe a cobrança por escolas de taxa adicional para alunos com deficiência. O PLS 45/2015 se aplica a escolas públicas ou particulares em todo o país. A proposta foi encaminhada para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Depois, será analisada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

O PLS 45/2015 determina ainda que as escolas elaborem uma planilha com os custos da manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como do financiamento de serviços e recursos da educação especial, para que nenhuma taxa extra seja cobrada dos pais dos alunos com deficiência. O senador propõe também que

as escolas garantam, no seu projeto político-pedagógico, a educação inclusiva para atender esses alunos.

Romário explica que a proposta foi inspirada em recomendações do Ministério Público da Bahia às instituições de ensino. Ele afirmou que há reclamações recorrentes de pais de pessoas com deficiência que recebem a notícia de cobrança de taxa extra no momento de fazer a matrícula de seus filhos. As escolas, segundo o senador, alegam que precisam se adaptar ao aluno, contratando um auxiliar para acompanhá-lo em sala de aula.

"Esta normativa, que é comum em diversas escolas, configura, em linhas tortuosas, mais um óbice para a efetivação da matrícula do aluno com deficiência", diz a justificativa do projeto.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEG
TER
QUA
QUI

PLENÁRIO Pronunciamentos

14h A sessão é não deliberativa, destinada a discursos dos senadores.

CCT Instalação dos trabalhos

9h A Comissão de Ciência e Tecnologia se reúne para instalar os trabalhos e eleger o presidente e o vice-presidente para o biênio 2015–2016.

CMA Nova direção

11h A Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor faz a primeira reunião do ano, para eleição do presidente e vice-presidente.

CDH Eleição de presidente e vice

11h15 A Comissão de Direitos Humanos inaugura os trabalhos e elege o presidente e vice-presidente para esta legislatura.

CDR Instalação e eleição da mesa

11h30 Instalação dos trabalhos da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo e eleição do presidente e vice-presidente para o biênio 2015–2016.

CONGRESSO Orçamento 2015

19h Sessão do Congresso para apreciar projeto de resolução, vetos presidenciais e Orçamento Geral da União para 2015.

ESPECIAL Quintas Femininas

10h O Projeto Quintas Femininas, da Procuradoria Especial da Mulher, discute o tema "Reforma política inclusiva".

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Ao lado de Luiz Henrique (D), Paulo Paim preside sessão plenária do Senado, na sexta-feira, quando foram lidos os dois pedidos de instalação de CPIs

Requerimento para criação da CPI do HSBC é lido em sessão no Plenário

Esse é o primeiro passo para instalar comissão de inquérito destinada a investigar supostas contas irregulares de brasileiros na Suíça

FOI LIDO NA sexta-feira, em Plenário, o pedido de criação da CPI do HSBC para investigar denúncias de abertura de contas irregulares feita pela instituição financeira.

A iniciativa partiu do senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), que conseguiu 33 assinaturas, 6 a mais que o mínimo necessário para a criação de uma comissão de inquérito.

Conforme o requerimento, a CPI terá 11 integrantes titulares, 6 suplentes e 180 dias de duração. A partir da leitura em Plenário, os parlamentares têm até a meia-noite para inclusão ou retirada de nomes.

Segundo noticiado pela imprensa internacional, o banco HSBC na Suíça atuou de forma fraudulenta para acobertar recursos de clientes, blindando-os das obrigações fiscais e da comprovação da origem do dinheiro — práticas que

poderiam indicar atividades criminosas. Mais de US\$ 100 bilhões teriam sido ocultados do fisco de mais de 100 países, inclusive do Brasil.

O escândalo, conhecido como Swissleaks, tem como fonte original um especialista

“Máfia das próteses” também deve ser investigada por senadores

Uma outra comissão parlamentar de inquérito pode começar a funcionar nos próximos dias no Senado: a da “máfia das próteses”.

O pedido para instalação da CPI também foi lido em Plenário, na sexta-feira, pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que presidiu a sessão.

O objetivo da comissão é investigar denúncias de crimes relacionados a procedimentos médicos na colocação de próteses e órteses, denunciadas pelo programa *Fantástico*, da TV Globo.

em informática do HSBC, o franco-italiano Hervé Falciani. Segundo ele, entre os correntistas estão 8.667 brasileiros, responsáveis por 6.606 contas que movimentaram, entre 2006 e 2007, cerca de US\$ 7 bilhões.

Na justificativa do pedido

de CPI, Randolfe Rodrigues diz tratar-se de um arrojado esquema de acobertamento da instituição financeira, operacionalizado na Suíça, que beneficiou mais de 106 mil correntistas de mais de 100 nacionalidades.

O requerimento foi apresentado à Mesa Diretora do Senado na quinta-feira pelo senador Magno Malta (PR-ES). Ele classificou de repugnante a existência de uma máfia atuando no país em detrimento da saúde dos pacientes. “Os médicos mafiosos indicavam procedimentos desnecessários só para auferir comissões generosas, de até 30%, sobre produtos médico-hospitalares comprados com preços superfaturados”, justificou o senador no pedido.

Segundo ele, também foram relatados o uso de produtos irregulares em quantidade inadequada e dano proposital às próteses para obrigar a substituição.

—Difícil encontrar adjetivos para descrever condutas tão abjetas — afirmou.

A CPI deve ter sete senadores titulares, cinco suplentes e 180 dias de duração. A Presidência do Senado fará as designações dos integrantes de acordo com as indicações que receber das lideranças partidárias.

Senado não pagará passagens para cônjuges

O Presidente do Senado, Renan Calheiros, negou na sexta-feira que a Casa venha a seguir medida adotada pela Câmara, onde foi aprovado o pagamento de passagens aéreas para cônjuges de parlamentares.

— O Senado tem feito um grande esforço nos últimos dois anos para reduzir custos sem afetar as rotinas da Casa. Vamos prosseguir neste rumo de cortar desperdícios, eliminar privilégios e abolir redundâncias — disse.

Segundo o livro *Contas Abertas*, que é um relatório de gestão da Mesa Diretora do Senado no biênio 2013–2014, a Casa conseguiu reduzir em mais de 60% os gastos com passagens e diárias nos últimos anos.

Esse tipo de despesa, que em 2010 consumiu R\$ 16,2 milhões, caiu para R\$ 2,8 milhões em 2014.

Renan também destacou a economia com a diminuição do pagamento de horas extras. Pelo *Contas Abertas*, o gasto foi de R\$ 63,7 milhões, em 2010, contra R\$ 4,9 milhões no ano passado.



“Vamos prosseguir no rumo de eliminar privilégios”, diz Renan

Quatro comissões permanentes iniciam trabalhos esta semana

Quatro das 12 comissões permanentes do Senado têm reuniões marcadas para esta semana. Elas deverão confirmar nos cargos de presidentes os nomes indicados pelos líderes partidários.

Amanhã reúnem-se as Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), às 9h; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), às 11h; e de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), às 11h15. Na quarta-feira, será a vez da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), às 11h30.

Seguindo o que prevê o Regimento Interno do Senado, as reuniões inaugurais do ano devem ser presididas

pelo membro mais idoso de cada comissão, que conduzirá a eleição do presidente. Também serão escolhidos os vice-presidentes.

Na CCT, João Alberto Souza (PMDB-MA) dirigirá a eleição, que deverá confirmar Cristovam Buarque (PDT-DF) como presidente. Na CMA, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) coordenará o encontro e Otto Alencar (PSD-BA) é o nome apontado para o cargo.

José Maranhão (PMDB-PB) presidirá a sessão inicial tanto da CDH quanto da CDR. Na primeira, Paulo Paim (PT-RS) está indicado para a presidência. Na segunda, Davi Alcolumbre (DEM-AP) deve ficar com o posto.

Ainda faltam indicações de membros para as quatro

comissões, mas isso não é impedimento para que iniciem os trabalhos. O regimento dispõe que as comissões podem se reunir na presença da maioria simples de seus membros.

As quatro comissões já alcançaram esse quórum. Na CCT, com 17 cadeiras, 13 senadores estão confirmados. A CMA, também com 17 vagas, preencheu 14. Com 19 lugares, a CDH tem 13 definidos. E a CDR ocupou 11 das 17 cadeiras disponíveis.

Uma novidade no trabalho das comissões neste ano são os painéis eletrônicos, que devem agilizar as votações. No entanto, o novo recurso ainda não está disponível nas quatro comissões que iniciam o trabalho nesta semana.

Ainda não há previsão para a entrada em operação dos painéis. O diretor da Secretaria das Comissões do Senado, Dirceu Machado, explica que o processo licitatório atravessa muitas etapas.

— É preciso fazer um contrato separado para cada fase, como as obras civis e os insuños tecnológicos. Então, são tipos diferentes de contratos a serem licitados — disse.

A única comissão que conta com um painel é a de Assuntos Econômicos (CAE), mas o uso é restrito: só para a votação de projetos. Isso quer dizer que, quando essa comissão se reunir para também eleger o presidente, a eleição não poderá usar o painel instalado.

Primeiro encontro

DATA	HORA	COMISSÃO	PRESIDENTE
3/3	9h	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT)	Cristovam Buarque (PDT-DF)
3/3	11h	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle (CMA)	Otto Alencar (PSD-BA)
3/3	11h15	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH)	Paulo Paim (PT-RS)
4/3	11h30	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR)	Davi Alcolumbre (DEM-AP)

A madrugada mais longa da República faz 30 anos

Tancredo era operado na véspera da posse. Enquanto ditadura se mobilizava para impedir Sarney de assumir, Congresso agia para salvar redemocratização

Ricardo Westin

FOI UMA CERIMÔNIA rápida e sem discurso. Na manhã de 15 de março de 1985, sexta-feira, o Congresso Nacional deu posse a José Sarney. O novo vice-presidente, logo em seguida, dirigiu-se ao Palácio do Planalto. Lá, no papel de presidente interino, fez um pronunciamento quase lacônico aos novos ministros.

— Eu estou com os olhos de ontem — abriu o discurso, referindo-se à madrugada que ele, angustiado, passara em claro.

Não só ele. O Brasil todo estava atônito. Na noite anterior, a 12 horas da posse, Tancredo Neves, o presidente eleito, era levado às pressas ao Hospital de Base, em Brasília, para ser submetido a uma cirurgia no abdome.

A posse era aguardada com ansiedade porque marcaria a volta do país às liberdades democráticas, após 21 anos sob o tacão da ditadura. Entretanto, temia-se que os militares usassem a ausência de Tancredo como pretexto para impedir a posse do vice e dar um novo golpe.

A madrugada mais longa da República completará 30 anos daqui a duas semanas.

O Arquivo do Senado guarda os discursos feitos pelos senadores, da tribuna, naquele momento histórico. Os documentos mostram que, a caminho do 15 de março, o país estava eufórico. A expressão “Nova República” era repetida à exaustão. Ninguém antecipava o sobressalto que se avizinhava.

Na véspera da posse, o senador José Sarney (PFL-MA) se despedia dos colegas no Plenário:

— Saio do Senado no alvorecer de um momento extraordinário de floração de grandes esperanças no país. Tenho a nítida visão histórica e política da missão que exercerei. Posso dizer ao Senado que exercerei a Vice-Presidência com absoluta doação, total sacrifício e uma visão maior das minhas responsabilidades de político, num momento de restauração do poder civil.

Pedro Simon (PMDB-RS) também deixava o Senado. Ele se licenciava para ocupar o Ministério da Agricultura:

— Parece-nos importante a data que viveremos amanhã. Uma data que, após 21 anos, marca uma mudança importante no cenário político desta nação. A candidatura do senhor Tancredo Neves nasceu do debate e da vontade popular, percorrendo as ruas e praças deste país, na campanha pelas eleições diretas, que infelizmente não foram aprovadas pelo Congresso. A sociedade teve ampla presença na elaboração de um programa de transição que significa uma nova



De janeiro a abril de 1985, acontecimentos extraordinários: Tancredo vence, e o povo comemora em Brasília, Sarney toma posse como vice e Tancredo é velado no Planalto

página na história deste país.

Simon se referia à campanha das Diretas Já, iniciada em 1983. Mobilizações pelo país pressionavam o Congresso a aprovar a Emenda Dante de Oliveira, que previa a eleição direta para presidente. Tancredo foi um dos políticos mais aguerriados do movimento. Em 1984, porém, a emenda foi rejeitada.

Reunião de cúpula

As esperanças, então, foram todas depositadas na eleição indireta de 1985. Mais especificamente, na candidatura opositora ao governo militar. Em 15 de janeiro, o Colégio Eleitoral (formado pelos senadores e deputados, além de delegados das assembleias legislativas dos estados) elegeu Tancredo, com 480 votos. A vitória foi esmagadora. Paulo Maluf, o candidato governista, obteve 180 votos.

Ainda na véspera da posse, o senador Martins Filho (PMDB-RN) subiu à tribuna para também explicar a relação entre as Diretas Já e a ascensão de Tancredo:

— O presidente Tancredo Neves não é do meu partido, nem do PFL, nem da Aliança Democrática. É, antes de tudo, o presidente feito pelo povo. O povo que saiu às ruas, aos milhões, num clamor por eleições diretas. O povo que, traído por representantes que não ouviram seu apelo tão enfático, agarrou-se a Tancredo como que a uma bandeira. Assim Tancredo se fez presidente de cada brasileiro, muito antes que o Colégio Eleitoral cumprisse a formalidade legal de

elegê-lo. Bem-vindo, presidente! Bem-vinda, Nova República!

A hospitalização, às 22h do dia 14, impossibilitava a presença de Tancredo na posse, às 10h do dia 15. Brasília assistiu a várias reuniões políticas pela madrugada adentro. Não estava claro se o vice poderia assumir o poder sem o titular já estar empossado.

Entre os documentos guardados no Arquivo do Senado, está a ata de uma reunião, realizada antes de amanhecer, da cúpula do Poder Legislativo — os presidentes do Senado, José Fragelli (PMDB-MS), e da Câmara, Ulysses Guimarães (PMDB-SP), e os líderes partidários das duas Casas. Eles decidiram o futuro.

“Ouvimos todos os presentes, houve inteira concordância no sentido de, mediante a apresentação de laudo médico que comprove a impossibilidade de o presidente eleito ser empossado nessa solenidade, a Mesa do Senado deverá dar posse ao vice-presidente eleito”, diz a ata.

Informado da decisão por telefone, Sarney não conseguiu dormir. Às 10h, ele chegava ao Congresso para prestar juramento como vice-presidente e assumir interinamente a Presidência.

Outro documento histórico do Arquivo do Senado é o livro que contém os termos de posse de todos os presidentes do Brasil, desde o marechal Deodoro da Fonseca. Como são redigidos por calígrafos, eles precisam ser preparados com antecedência. O livro, por isso, traz o termo que Tancredo não conseguiu assinar. A folha teve que ser anulada. Sobre o texto, com caneta vermelha, anotou-se “sem



feito” em letras garrafais. Um novo termo de posse precisou ser escrito às pressas, em nome do vice-presidente.

Sarney encontrou o Planalto vazio. O presidente João Figueiredo se recusara a passar a faixa presidencial para o vice. Eles eram inimigos desde que Sarney deixara a presidência do partido governista, o PDS, e se juntara à oposição, levando consigo cor-religionários insatisfeitos com o governo militar. Figueiredo saiu do Planalto pela porta dos fundos assim que a sessão no Congresso Nacional terminou.

— São essas as primeiras mudanças da Nova República. São firmes e vigorosas como pretendia o presidente Tancredo Neves e como as vem conduzindo o vice-presidente José Sarney, embora ainda não tenham o colorido que só a presença daquele que foi escolhido pelo Colégio Eleitoral, com o respaldo total da sociedade brasileira, poderia lhe dar. Mas esperamos em Deus que isso possa ocorrer dentro de poucos dias — disse Lucena.

Na avaliação do senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), Sarney vinha governando “com discrição, probidade, competência, admiração e respeito”. O senador Moacyr Duarte (PDS-RS), que apoiava o regime militar, discordou:

— O presidente José Sarney não pode e não deve, por maior fidelidade e devotamento que guarde ao titular do cargo, condicionar a saúde da nação à saúde do seu primeiro magistrado. O governo precisa deslanchar, governar a pleno vapor, e não apenas em câmera lenta, esperando pelo imprevisível.

Ao invés de melhorar, Tancredo piorou. A situação ficou tão grave que os médicos decidiram transferi-lo para o Instituto do Coração, em São Paulo. O diagnóstico começara com apendicite, fora mudado para diverticulite e no final acabara sendo fechado em tumor benigno no intestino. Ao tomar, Tancredo

passou por sete cirurgias. Até a oposição ficou sensibilizada.

— A prolongada e comovedora agonia do presidente vem provocando em toda a nação impressionantes demonstrações de solidariedade, evidenciando a realidade de um povo traumatizado e perplexo diante de uma tragédia sem paralelo nos anais da história do Brasil — discursou o senador Lourival Baptista (PDS-SE) em 17 de abril.

Tancredo Neves morreria poucos dias depois, de falência de múltiplos órgãos, no dia 21, domingo, feriado de Tiradentes. Milhões de brasileiros, emocionados, acompanharam os cortejos fúnebres em São Paulo, Brasília, Belo Horizonte e São João del Rei (MG), sua cidade natal, onde foi enterrado.

— Na quinta-feira à noite, eu telefonava para o presidente Figueiredo para falar acerca da situação no país quando Tancredo Neves era hospitalizado e eu via José Sarney sair às pressas do bloco onde residimos. Perguntei qual era a posição de Sua Excelência, e a resposta foi aquela que eu esperava: “Carlos Alberto, a Constituição será respeitada. Eu jurei fazer deste país uma nação democrática no dia em que assumi a Presidência”. Temos que fazer justiça àquele que deu todas as condições para que Tancredo pudesse ser o presidente eleito.

Os dias seguintes se seguiram com relativa tranquilidade. Segundo os médicos, a cirurgia havia corrido bem. Acreditava-se que Tancredo logo teria alta. Na tribuna, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) fez

Sarney: Tancredo ainda não recebe do país o devido reconhecimento

José Sarney passou 37 dias como presidente interino. Com a morte de Tancredo Neves, assumiu definitivamente a Presidência da República e consolidou a redemocratização. A seguir, trechos da entrevista concedida ao **Jornal do Senado**:

“Eu não consegui dormir na virada de 14 para 15 de março. Passei a madrugada acordado porque estava profundamente preocupado e angustiado, acompanhando os acontecimentos da doença do Tancredo. A minha preocupação não era tanto política. Era mais humana, porque eu era amigo do Tancredo. Ainda no hospital, comecei-se a dizer que eu teria que assumir como vice-presidente. O Ulysses [Guimarães, presidente da Câmara] me disse: ‘Lutamos muito para chegar até aqui. Não podemos parar agora. O Brasil precisa dessa atitude’. Eu respondi: ‘Só assumo com Tancredo’. Eu tinha a absoluta certeza de que o Tancredo estaria em condições de assumir dentro de uma semana, já que seria uma operação relativamente simples. Ninguém imaginava o desfecho daquela hospitalização. Fui para a minha casa. Às 3h da manhã, recebi um telefonema do [José] Fragelli, que era o presidente do Congresso: ‘Sarney, já está resolvido.



O **Jornal do Brasil** noticia a posse do vice José Sarney como presidente interino: início da Nova República

Você vai assumir como vice-presidente logo mais, às 10h. Nós vamos lhe dar posse’. Havia a informação de que a área militar que apoiava o [presidente João] Figueiredo e o [ministro do Exército] Walter Pires pretendia fazer um levante nos quartéis para eu não assumir e não haver a transição democrática. Foram momentos dramáticos. Quando o Fragelli me disse tudo aquilo, minha ficha caiu. Foi então que eu senti que a minha responsabilidade era imensa, que o futuro do país dependia da posse. Havia uma ala militar que estava do nosso lado, comandada pelo Leônidas Pires Gonçalves, o ministro do Exército

escolhido por Tancredo. Alguns minutos depois, por volta das 3h30, foi o Leônidas que me ligou: ‘Sarney, você tem que prestar o compromisso às 10h. Não crie nenhuma dificuldade para nós. Todos nós estamos depositando extrema confiança em você’. Antes de desligar o telefone, ele se despediu: ‘Boa noite, presidente’. Aquela frase me marcou. Na hora marcada, eu estava no Congresso.

Na minha opinião, o Tancredo ainda não ocupa o lugar que ele merece na história do Brasil. Falta da sociedade o reconhecimento necessário. Foi ele quem garantiu a transição democrática.

depois da posse. Na noite do dia 14, porém, não havia mais como adiar. Tancredo morreria se deixasse a cirurgia para o dia seguinte. Para convencê-lo, seu sobrinho Francisco Dornelles blefou dizendo que Figueiredo havia aceitado a posse de Sarney.

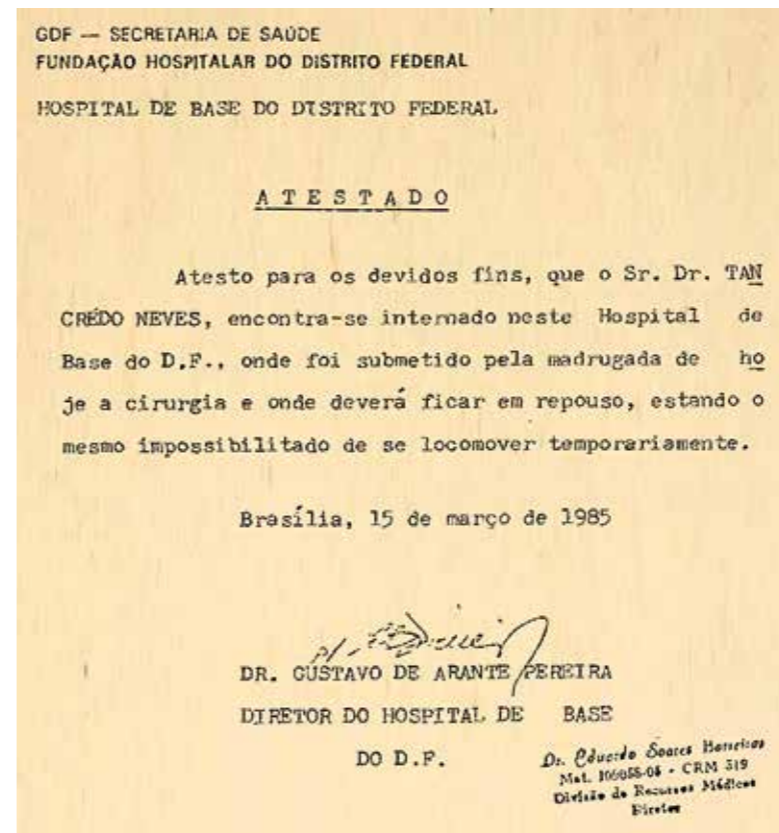
— Tancredo foi um político raro. Ele achava que tinha o dever de sacrificar a própria vida se isso fosse necessário para garantir a transição democrática do Brasil. Foi o que ele fez — afirma Ribeiro, que lançará nos próximos dias a biografia *Tancredo Neves: a noite do destino* (editora Civilização Brasileira).

O temor de Tancredo era jus-

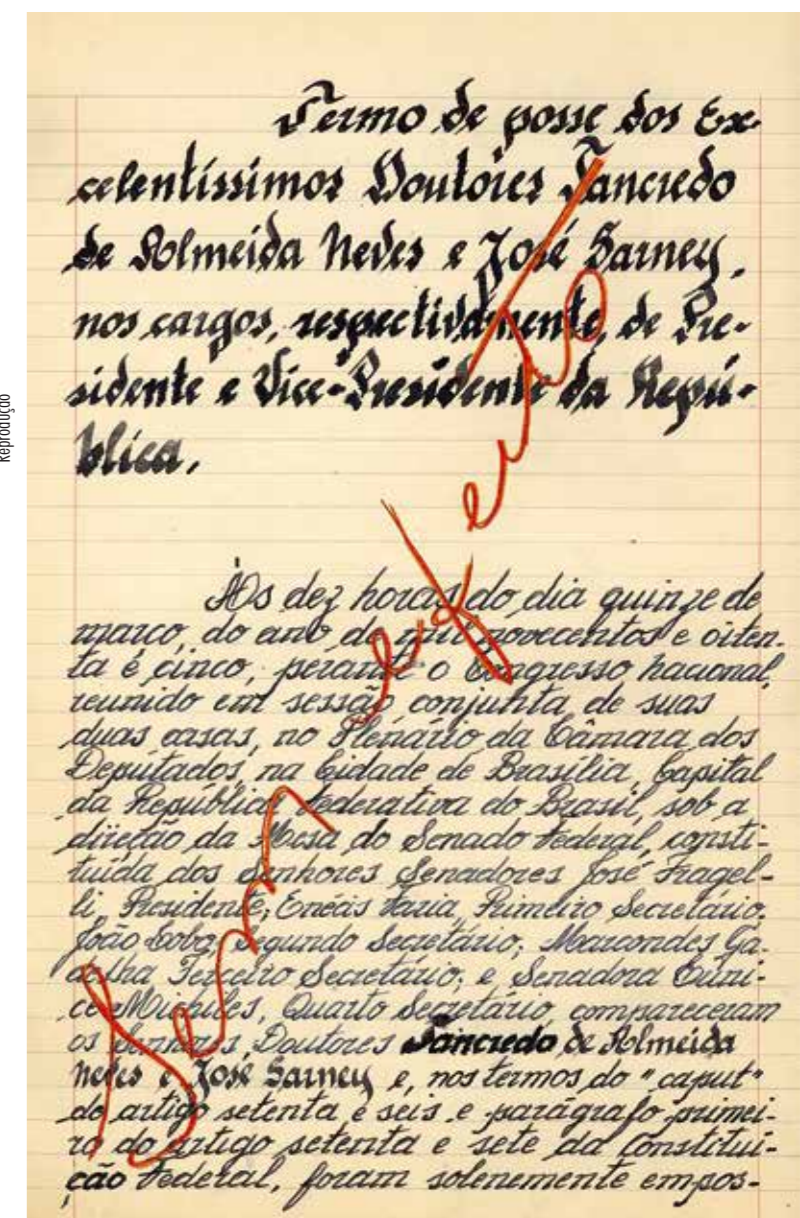
pela rádio. Britto afirma que o “sacrifício pessoal” de Tancredo é comparável ao de Getúlio Vargas, que em 1954 se suicidou para impedir que os militares dessem um golpe de Estado. Ele diz:

— Trinta anos atrás, as ruas do

país foram ocupadas por milhões que choravam por um político. Não se imagina algo parecido ocorrendo hoje. A população nutre uma perigosa rejeição à política. Precisamos refletir sobre o que aconteceu com a política e os políticos no Brasil.



Atestado médico enviado ao Congresso informa que Tancredo não pode tomar posse



O termo de posse de Tancredo, que fora escrito dias antes e precisou ser anulado

A seção Arquivo S, resultado de uma parceria entre o **Jornal do Senado** e o **Arquivo do Senado**, é publicada na primeira segunda-feira de cada mês.

Política de Combate à Seca volta ao Senado

Projeto do ex-senador Inácio Arruda que prevê o enfrentamento da desertificação foi aprovado com modificações pelos deputados e por isso retorna para nova análise

O PLENÁRIO DA Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira, projeto que torna lei a Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca e cria a Comissão Nacional de Combate à Desertificação (CNCD). Como houve mudanças na proposta do ex-senador Inácio Arruda, o texto retorna ao Senado para nova análise.

Desde 1997, o Brasil conta com uma Política Nacional de Controle da Desertificação, aprovada pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) e surgida após a ratificação da Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação, de 1996.

Os senadores Elmano Férrer (PTB-PI) e José Pimentel (PT-CE) consideraram fundamental a existência de um marco legal para enfrentar a seca. Elmano lembrou que, no Piauí, existem cidades que ainda são abastecidas com carro-pipa. Para ele, a situação é fruto da falta de planejamento e políticas públicas voltadas ao combate do problema.

Pimentel ressaltou que o



Áreas mais suscetíveis à desertificação abrangem 16% do território do país, envolvendo 1,2 mil municípios de 11 estados

Ceará é um dos estados que mais sentem os efeitos da seca, já que 84% do solo é formado por pedras e conta apenas com rios temporários. O senador explicou que o estado tem avançado em medidas para conviver com a seca, entre elas as que envolvem gestão de recursos hídricos e asseguram alimentação animal nos períodos críticos.

— Em 2015, as informações que estão chegando são de que choverá muito mais que em 2014, mas ainda será

insuficiente para recarregar as barragens. Vamos precisar renovar esse conjunto de ações e agilizar os canais de integração — avaliou.

Mudanças no texto

Na Câmara, o projeto foi aprovado na forma de um substitutivo (PL 2.447/2007) da Comissão de Meio Ambiente, elaborado pelo ex-deputado Penna. A proposta original, do ex-senador Inácio Arruda, tem número diferente no Senado: PLS 70/2007.

De acordo com o substitutivo, são vários os objetivos da política nacional, entre os quais o uso de mecanismos de proteção, preservação e recuperação dos recursos naturais e a educação socioambiental dos atores sociais envolvidos.

O projeto estabelece várias diretrizes, como gestão participativa dos entes federados e das comunidades. Também lista ações que caberão ao poder público, como o mapeamento dos processos de desertificação, criação de

sistema de alerta quanto à seca e capacitação dos técnicos em extensão rural.

A Comissão Nacional de Combate à Desertificação terá natureza deliberativa e consultiva e estará ligada ao Ministério do Meio Ambiente.

Três emendas foram aprovadas na Câmara. Uma prevê a perfuração de poços artesianos onde houver viabilidade ambiental. Outra trata do estímulo à criação de centros de pesquisas para o desenvolvimento de tecnologias de combate à desertificação. A terceira determina que os planos de controle do desmatamento servirão de instrumento para a política nacional.

No Brasil, as principais áreas suscetíveis à desertificação são as de clima semiárido ou subúmido seco, no norte de Minas Gerais e no Nordeste. A região, que concentra 85% da pobreza do país, abrange 16% do território nacional, alcançando 1.201 municípios em 11 estados: Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Estatuto da Primeira Infância está na pauta do mês

A criação do Estatuto da Primeira Infância (PL 6.998/2013) será examinado pelo Senado a partir de março. O projeto havia sido aprovado por comissão especial da Câmara, em dezembro, e na semana passada foi rejeitado recurso para votação em Plenário.

O texto é um substitutivo do deputado Osmar Terra (PMDB-RS) a proposta do Executivo que determina um conjunto de ações para o início da vida, de 0 a 6 anos de idade. Prevê a ampliação da qualidade do atendimento, com criação de novas funções

públicas para cuidar do início da vida, e a valorização do papel da mãe e do pai. Propõe construção de espaços públicos que garantam o adequado desenvolvimento das crianças.

O texto prioriza atuação em saúde, alimentação, educação, convivência familiar e comunitária, assistência social, cultura, lazer, espaço e meio ambiente. Determina a criação de um sistema de avaliação do desenvolvimento da criança e apresenta a possibilidade de ampliação da licença-paternidade por até 15 dias.

Há sete anos, o Senado faz a Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura de Paz, tendo debates e apresentação de estudos sobre o desenvolvimento infantil, com a participação de especialistas do Brasil e de outros países.



Crianças de 0 a 6 anos são foco do projeto, que prevê um conjunto de ações

Telmário cobra retomada de obra para garantir energia a Roraima

Em pronunciamento na sexta-feira, Telmário Mota (PDT-RR) fez um apelo ao ministro de Minas e Energia, Eduardo Braga, para que ajude na retomada das obras



Genivaldo Magalhães/Agência Senado

fornecimento da Venezuela.

Telmário alega que a Fundação Nacional do Índio (Funai), inicialmente apontada como culpada pela inter-

rupção das obras, não é a responsável pela paralisação. Ele se reuniu na quinta-feira com o presidente do órgão, Flávio Chiarelli. Segundo o senador, Chiarelli informou que as objeções ao Linhão foram apresentadas por um conselho indigenista contratado pela Eletronorte.

Telmário disse que as obras vão permitir a integração de Roraima ao sistema elétrico nacional e garantir o crescimento econômico da região.

A obra foi interrompida pela Justiça Federal, a pedido do Ministério Público, sob a alegação de que a construção deveria ser precedida de uma consulta aos povos indígenas em cujas terras passará o ramal.

O senador lembrou que o estado não é autossuficiente em energia e alguns municípios dependem de

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário:
 Sérgio Petecão, João Alberto,
 Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Iccassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Rodrigo Chia
Coordenação de Edição: Sílvio Burtle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Texto facilita pesquisa sobre a biodiversidade

Novo marco legal estimula estudo de plantas e animais nativos. Se não for votada até 10 abril, proposta, que tramita em regime de urgência, vai trancar a pauta

FACILITAR A PESQUISA com plantas e animais nativos e a repartição de benefícios gerados pelo uso comercial desse patrimônio genético e do conhecimento desenvolvido por indígenas e comunidades tradicionais. Esse é o objetivo do projeto que institui o Marco Legal da Biodiversidade, que tramita no Senado em regime de urgência e precisa ser votado até 10 de abril, ou passará a trancar a pauta do Plenário.

O texto (PLC 2/2015) é um substitutivo da Câmara ao projeto enviado pelo Executivo. Seu propósito é substituir a MP 2.186/2001, que hoje rege a pesquisa sobre a biodiversidade brasileira e é considerada excessivamente exigente por setores da economia.

O consultor do Senado Habib Fraxe Neto explica que a MP foi editada para combater a biopirataria e prevê mecanismos de controle, o que resultou em desestímulo à pesquisa científica e tecnológica no país.

— E não estamos falando de [dificuldades de] empresa estrangeira, mas também de pesquisadores de Embrapa, que têm uma dificuldade enorme para desenvolver produtos de

biotecnologia que necessitem acesso ao patrimônio genético nacional. Por outro lado, tem sido uma norma importante por regular dispositivos da convenção sobre diversidade biológica — frisou.

Hoje, para pedir ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen) autorização para prospecção de espécie nativa da fauna ou da flora, o pesquisador deve apresentar contrato de repartição de benefícios que poderão ser gerados pela futura exploração econômica do recurso antes mesmo de se conhecer o seu potencial de utilização comercial.

Menos exigências

Pela nova lei, a exigência passará a ser apenas de preenchimento de cadastro eletrônico. Quando se tratar de pedido de investigação sobre uma prática de uma comunidade indígena ou tradicional, será exigido o consentimento dos detentores do conhecimento.

O substitutivo também acaba com a necessidade de autorização para remessa de material genético entre instituições dentro do país, mantendo a exigência de cadastro para

Projeto abrange estudos inerentes à agricultura

O texto original excluía da nova lei pesquisas relacionadas à agricultura, que continuariam regidas pela Medida Provisória 2.186/2001, mas isso foi modificado no substitutivo aprovado na Câmara. O texto agora estende a simplificação de regras para a investigação genética de espécies nativas em aspectos que possam ser transferidos para culturas e criações.

É o caso de investigações de genes que, por exemplo, fazem uma planta nativa mais resistente à seca e a transferência dessa característica a culturas comerciais como soja ou café. Nesse caso, o projeto determina que não haverá repartição de benefícios, pois o produto final (o grão produzido) é fruto de pesquisa com espécie exótica.

O substitutivo da Câmara determina que será o Ministério da Agricultura, e não o Ministério do Meio Ambiente, como previa o texto original, o responsável pela fiscalização das pesquisas com interface com atividades agropecuárias.

O projeto prevê mecanismo para sanar irregularidades ocorridas até a publicação da nova lei, como exploração econômica não autorizada de patrimônio genético ou remessa irregular de material

genético ao exterior. A regularização se dará por meio da assinatura de um termo de compromisso.

Feito isso, estarão suspensas sanções administrativas e reduzidas em 90% as multas aplicadas ao infrator, que terá a possibilidade de converter os demais 10% das multas em modalidade de repartição de benefícios não monetária.

Caso o acesso irregular ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional tenha sido para fins científicos, o usuário estará dispensado do termo de compromisso e poderá se regularizar por meio de cadastro ou autorização da atividade.

A pessoa física que descumprir o novo marco legal estará sujeita a multas que variam de R\$ 1 mil e R\$ 100 mil e a pessoa jurídica, a multas entre R\$ 10 mil a R\$ 10 milhões, além de apreensão de amostras e interdição do estabelecimento ou atividade.

Antes de ser votado em Plenário, o PLC 2/2015 tramitará simultaneamente em quatro comissões do Senado: Constituição e Justiça (CCJ), Assuntos Econômicos (CAE), Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).



Pescadores no Rio São Francisco: conhecimentos oriundos de comunidades tradicionais também estão contemplados

remessas ao exterior. Empresas estrangeiras sem vinculação com instituições nacionais poderão solicitar autorização para acesso ao patrimônio genético brasileiro.

O novo marco legal é visto pela indústria química e de cosméticos como fundamental para o avanço da pesquisa genética e desenvolvimento de novos produtos.

A medida também trata da repartição dos benefícios gerados pela venda de produto oriundo de pesquisa envolvendo conhecimento tradicional sobre um patrimônio genético. Como explica Luciano Póvoa, consultor do Senado, trata-se de uma compensação pelo serviço prestado à ciência por esse saber local:

— O conhecimento de uma comunidade indígena sobre uma planta, uma raiz usada como medicamento ou alimento demoraria muito tempo

para ser obtido sem a experiência daquela população e o acesso dos pesquisadores a ela.

Para essa situação, o projeto determina que o fabricante do produto final oriundo do conhecimento tradicional assegure uma compensação que pode ser monetária, a título de royalties, ou não monetária, na forma de transferência de tecnologia, quebra de patentes ou distribuição de produtos.

Compensação

No caso de compensação financeira à comunidade tradicional, o texto fixa o pagamento equivalente a 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto acabado.

Esse percentual poderá ser reduzido a até 0,1%, por acordos setoriais com o governo. O pagamento é obrigação do fabricante do produto final e não precisa ser pago nas etapas

de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Quando se tratar de pesquisa que não envolve conhecimento tradicional, uma investigação sobre componentes de uma planta nativa, por exemplo, há a necessidade de se determinar o destinatário da compensação. Habib Fraxe explica que uma floresta que está dentro de uma propriedade privada não pertence ao dono desse imóvel rural.

— As florestas são bens de uso comum do povo, tanto que para desmatar uma floresta é preciso autorização do poder público para isso — informa.

Nesse caso, a repartição de benefícios pode envolver a União ou o estado e os recursos serão destinados ao Fundo Nacional para Repartição de Benefícios, criado pelo marco legal para a proteção do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado.

Principais aspectos do projeto de novo Marco Legal da Biodiversidade

► **ACESSO AO PATRIMÔNIO GENÉTICO:** fim da exigência de autorização prévia para pesquisas com recurso genético e conhecimento tradicional associado. Adoção de cadastro eletrônico e consentimento prévio de comunidades indígenas ou tradicionais.

► **REPARTIÇÃO DE BENEFÍCIOS:** pagamento de 1% da receita líquida anual obtida com a venda do produto acabado, com possibilidade de redução para até 0,1%, por acordos setoriais com o governo. Compensação não monetária, na forma de transferência de tecnologia, quebra de patentes ou distribuição de produtos.

► **CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO:** criação do Fundo Nacional para Repartição de Benefícios e do Programa Nacional de Repartição de Benefícios para promover a conservação do patrimônio genético e do conhecimento tradicional associado, incentivar pesquisas e realização de inventários.

► **GESTÃO:** atribui ao Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen) a coordenação da política para a gestão do acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado. Estabelece que pelo menos 40% dos membros do conselho devem representar o setor empresarial, a academia e as populações indígenas e tradicionais.

► **PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS TRADICIONAIS:** terão participação no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (Cgen) comunidades tradicionais, populações indígenas e agricultores tradicionais, opinando sobre decisões em assuntos relacionados à conservação e ao uso de conhecimentos associados ao patrimônio genético.

► **AGRICULTURA:** simplifica regras para pesquisa genética de espécies nativas em aspectos relacionados a atividades agropecuárias. Isenta da repartição de benefícios a comercialização de espécies introduzidas no território nacional pela ação humana, exceto as que tenham adquirido características próprias no país e variedade tradicional ou crioula ou a raça localmente adaptada.

► **PENALIDADES:** multas para pessoa física que descumprir o novo marco legal variam de R\$ 1 mil e R\$ 100 mil e para pessoa jurídica, entre R\$ 10 mil a R\$ 10 milhões, além de apreensão de amostras e interdição do estabelecimento ou atividade. O uso não autorizado de patrimônio genético até a publicação do novo marco legal poderá ser regularizado com assinatura de termo de compromisso, resultando na suspensão de sanções administrativas e redução em 90% de multas aplicadas ao infrator.

Congresso Nacional instala amanhã comissão permanente que pretende contribuir, com propostas concretas, para a redução dos alarmantes índices registrados no país

Vigilância sobre as agressões às mulheres

COMO PARTE DAS comemorações do Dia Internacional da Mulher, em 8 de março, o Congresso Nacional instala amanhã a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher. Formada por 10 senadores e 27 deputados, a comissão foi proposta pela CPI Mista da Violência Contra a Mulher, encerrada em 2012.

A comissão terá uma série de obrigações, como apresentar propostas para a consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Também deverá buscar possíveis falhas e propor projetos para melhorar as ações e serviços da Seguridade Social e a prestação de segurança pública e jurídica às mulheres vítimas de violência.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lamenta que, mesmo com avanços na legislação para punir agressores, esse tipo de crime só aumente no país.

— A gente precisa promover um acompanhamento muito próximo a esses casos crescentes de violência para con-

tinuar a propor ações, sejam elas mudanças na legislação ou medidas punitivas.

Ex-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, o senador Paulo Paim (PT-RS) sugere que o Congresso tenha fóruns permanentes para discutir o tema.

— Precisamos de um movimento nacional para combater a violência contra mulheres. Neste país, duas coisas aumentam muito: assassinato de jovens, principalmente negros, e violência contra as mulheres.

Lei mais forte

Ao anunciar, em fevereiro, a instalação da comissão, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ser preciso deixar claro aos agressores que a lei é mais forte do que a lei do mais forte.

— Nós instalaremos essa comissão, que foi criada no ano que passou e que precisa de uma regulamentação. Mas, enquanto não houver a regulamentação, nós vamos instalar essa comissão para que ela possa verdadeiramente funcionar e fazer um acompanhamento da

violência doméstica no país — afirmou.

Regina Sousa (PT-PI) avalia que a nova comissão pode funcionar também como um espaço privilegiado de debates para conscientizar a sociedade do problema da violência doméstica. De acordo com ela, é grave que, em muitos casos, o agressor de mulheres faça parte do círculo familiar da vítima.

— O agressor quase sempre é alguém da afetividade da vítima. É mais que oportuna a instalação desta comissão porque é um instrumento institucional que vai permitir que os parlamentares investiguem e acompanhem mais de perto a questão da violência contra as mulheres — disse Regina.

De acordo com dados da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, cerca de 70% dos casos de violência contra crianças e adolescentes acontece em residências, seja da vítima ou do agressor. Uma pesquisa divulgada no ano passado mostrou que, a cada quatro minutos, uma mulher é vítima de agressão no país.

Paim busca acordo que atenda caminhoneiros

Paulo Paim (PT-RS) pediu, em discurso na sexta-feira, que os caminhoneiros suspendam a paralisação imediatamente e esperem até 10 de março, quando, acredita, haverá um acordo com o governo. O senador informou que tem conversado com líderes do movimento e com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Miguel Rossetto, e disse acreditar na possibilidade de um acordo.

— Depois de dialogar muito com o ministro Rossetto, tínhamos avançado no acordo. Não é o ideal, porque todos nós sabemos que, quando se entra num movimento, não se vai levar tudo, principalmente num primeiro momento. Mas avançamos. A outra reunião ficou marcada para o dia 10, quando será consolidado o que foi acertado, para que avancemos um pouco mais. Caminhoneiros e líderes de todo o país estão convidados — afirmou.

Paim também abordou questões que defende na reforma política, como o voto facultativo, o fim do financiamento privado de campanha e o mandato de cinco anos sem reeleição para todos os cargos.

Luiz Henrique sugere criar gabinete de crise

Luiz Henrique (PMDB-SC) fez apelo à presidente Dilma Rousseff para que ela constitua um gabinete de crise para buscar uma solução para a paralisação dos caminhoneiros. Ele sugeriu o nome da ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Kátia Abreu, para assumir a coordenação do gabinete.

Outro apelo foi dirigido aos caminhoneiros que ainda estão bloqueando estradas, eles próprios sofrendo prejuízos, conforme assinalou o senador. Luiz Henrique lembrou à categoria que os danos hoje são generalizados, pois alcançam as empresas, que não podem produzir nem vender seus produtos, assim como todos os brasileiros, que enfrentam desabastecimento, preços mais altos e dificuldade de circulação.

Luiz Henrique também registrou que, juntamente com o primeiro-vice-presidente do Senado, Jorge Viana (PT-AC), procurou tratar do assunto com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Conforme assinalou, os dois solicitaram de modo “veemente” que o governo colocasse à mesa de negociação representantes dos caminhoneiros e de empresários.

ACONTECEU NO SENADO



Renan Calheiros, entre os debatedores Claudio Abramo (E), Gilmar Mendes e Murillo de Aragão

Ministro do STF e especialistas debatem a reforma política

■ A influência do poder econômico nas eleições e a facilidade de criação de partidos políticos foram dois temas que marcaram, na terça-feira, o debate da reforma política, que teve a participação do ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal; do diretor da Transparência Brasil, Claudio Abramo; e do presidente da Arko Advice Pesquisas, Murillo de Aragão.



APROVADA MP QUE ADIA ENTRADA EM VIGOR DA LEI DAS ONGS

■ Na quarta-feira, o Senado aprovou a Medida Provisória 658/2014, que adiou para agosto a entrada em vigor da Lei 13.019/2014, considerada marco civil no relacionamento das organizações não governamentais com o Estado, conhecida como Lei das ONGs.

LICENÇA-MATERNIDADE DE SEIS MESES PARA MULHERES MILITARES

■ Plenário aprovou, na quinta, projeto (PLC 22/2013) que concede licença-maternidade de seis meses para mulheres das Forças Armadas, a partir do parto ou do nono mês de gestação.



SENADO CRIA COMISSÃO EXTERNA PARA VENEZUELA

■ Requerimento de Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para a criação de uma comissão externa para verificar in loco a situação na Venezuela e estabelecer diálogo com o país foi aprovado na quinta-feira pelo Plenário.

AJUSTE FISCAL FOI TEMA RECORRENTE

■ Na terça e na quinta, líderes partidários discutiram o ajuste fiscal com ministros. Os senadores governistas declararam a intenção de fazer alterações nas MPs 664/2014 e 665/2014, que restringem benefícios trabalhistas e previdenciários. Renan Calheiros conversou com o ministro do Planejamento, Nelson Barbosa (foto), e cobrou medidas mais efetivas de ajuste.



NEGOCIAÇÕES COM OS CAMINHONEIROS

■ Para acompanhar as negociações entre o governo e os caminhoneiros, o Senado aprovou, na quarta-feira, a criação de uma comissão temporária. A categoria parou em protesto contra a alta do diesel, a redução do preço do frete e o valor dos pedágios em rodovias. Durante a semana, o impasse motivou diversos discursos de senadores em Plenário.



BANCADA FEMININA DEFINE PROPOSTAS PARA A REFORMA

■ Com Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Marta Suplicy (PT-SP), bancadas femininas do Congresso apresentaram propostas de cotas de 30% para mulheres no Legislativo e 30% do Fundo Partidário.